

ORGANIZAÇÃO:
MAURILIO CASAS MAIA

DEFENSORIA PÚBLICA, CONSTITUIÇÃO E CIÊNCIA POLÍTICA

Com homenagem a
José Augusto Garcia de Sousa

2021



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

Imagem de Capa: Kues1 e Rawpixell em Freepik.com

D313 Defensoria Pública, Constituição e Ciência Política / Maurilio Casas Maia (org.) – São Paulo: Editora JusPodivm, 2021.
448 p.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-661-7

1. Defensoria Pública. 2. Direito Constitucional. 3. Direitos Fundamentais. I. Maia, Maurilio Casas. II. Título.

CDD 341.27

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMARIO

Capítulo 1

DEFENSORIA PÚBLICA: HISTÓRICO, AFIRMAÇÃO E NOVAS PERSPECTIVAS.....	31
--	----

Victor Hugo Siqueira

1. Introdução.....	31
2. Acesso à Justiça	33
3. Histórico da Assistência Jurídica Gratuita no Brasil	37
3.1. Da evolução dos instrumentos jurídicos garantidores do acesso à justiça gratuito no âmbito brasileiro	38
3.2. A constitucionalização do modelo de assistência jurídica estatal gratuita e a previsão da Defensoria Pública como instituição responsável pela sua efetivação	46
4. A Defensoria Pública e o Modelo Público Brasileiro de Assistência Jurídica Integral e Gratuita	48
4.1. A Defensoria Pública como instituição estatal autônoma ..	49
4.2. Funções institucionais da Defensoria Pública: um renovado perfil a partir do seu reconhecimento como expressão e instrumento do regime democrático	51
4.3. Defensoria Pública e o acesso à justiça no Código de Processo Civil de 2015.....	56
4.4. Defensoria Pública e o desenvolvimento de novas vertentes de atuação	58
5. Considerações Finais.....	61
6. Referências bibliográficas	62

Capítulo 2

A DEFENSORIA PÚBLICA COMO CLÁUSULA PÉTREA 65
Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho e Maurilio Casas Maia	
1. Introdução.....	65
2. Classificação das Constituições segundo o critério da sua Mutabilidade	67
3. Reforma Constitucional	71
3.1. Poder de reforma ordinário ou permanente: as emendas constitucionais	72
3.2. Poder de reforma extraordinário ou transitório: a revisão constitucional.....	73
4. Limites ao Poder de Reforma Constitucional	76
5. Conteúdo da expressão "direitos e garantias individuais" (art. 60, § 4º, inciso IV, CF): definição do alcance da cláusula pétrea.....	78
6. A Defensoria Pública como limitação material à competência reformadora da constituição.....	80
7. Considerações Finais.....	88
8. Referências bibliográficas	90

Capítulo 3

A DEFENSORIA PÚBLICA COMO ATOR POLÍTICO: CAUSAS, FUNDAMENTOS E EFEITOS.	95
Elisa Cruz	
1. Introdução.....	95
2. A separação de poderes: teorias clássicas e suas atualizações em Loewenstein.....	96
3. A Posição da Defensoria Pública na Organização Estatal.....	100
4. Sobre os efeitos da ascensão da Defensoria Pública à categoria de instituição política.....	103
5. Conclusão	112
6. Referências bibliográficas	112

Capítulo 4

A TEORIA DAS ELITES E O SISTEMA DE JUSTIÇA: O ESTADO DEFENSOR E O COMBATE AOS RISCOS DO EFEITO MEDUSA, DA NECROPOLÍTICA, DO NECRODIREITO E DA NECROÉTICA – POTENCIAIS E GARANTIAS (UMA INTRODUÇÃO)	115
--	-----

Maurilio Casas Maia

1. Introdução.....	116
2. Teoria das Elites: uma breve introdução.....	118
3. A proteção coletiva das minorias e vulneráveis via Sistema de Justiça.....	123
3.1. O Judiciário como intérprete e função contramajoritária inércia e imparcialidade...	124
3.2. O Ministério Público e a proteção dos vulneráveis: potenciais e limites do fiscal da ordem jurídico-democrática.....	126
3.3. A Defensoria Pública como instrumento de inclusão solidarista e emancipatória dos segmentos sociais vulneráveis.....	128
3.3.1. A Defensoria Pública e a herança do Tribuno da Plebe: sobre o combate ao Necrodireito, à Necroética e à Necropolítica.....	130
4. Algumas garantias jurídico-políticas [ainda] controversas dos defensores dos direitos humanos e necessidades sociais.	133
4.1. Inamovibilidade reforçada (Vitaliciedade?).....	134
4.2. Foro por prerrogativa de função defensorial: norma político-organizacional (CRFB, art. 125, § 1º) compatível com o modelo público-defensorial [múltipla compatibilidade] e enfraquecedora de ataques políticos via ações criminais das elites.....	141
4.3. Potencial político em sentido estrito: via alternativa à busca da satisfação das necessidades do povo...	151
5. Conclusões.....	153
6. Referências bibliográficas	155

Capítulo 5

CONTRAPODER: O DEVIR DA DEFENSORIA PÚBLICA BRASILEIRA 161

Daniel Lozoya Constant Lopes

1. Da ressignificação: a jovem instituição do sistema de justiça em transformação 161
2. Expressão e Instrumento do regime democrático: a dimensão substantiva da democracia e o papel da Defensoria Pública como instituição de garantia 164
3. Da problematização: do histórico déficit democrático e a operatividade concreta das instituições do sistema de justiça na América Latina: o estado de exceção como regra para os oprimidos 168
4. A presença do Estado de Exceção como paradigma de governo no interior das rotinas democráticas e a sua legitimação pela Jurisdição e o Estado Pós-democrático 170
5. Da Teoria dos Contrapoderes 174
6. Do caráter contramajoritário e contra-hegemônico do mandato constitucional da Defensoria Pública 176
7. Conclusão 183
8. Referências bibliográficas 184

Capítulo 6

DEFENSORIA PÚBLICA: EXPRESSÃO E INSTRUMENTO DO REGIME DEMOCRÁTICO – ALGUMAS DIMENSÕES 187

Maurilio Casas Maia e Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho

1. Introdução 188
2. Regime democrático: definição 188
3. Instrumentos de exercício da democracia 191
 - 3.1. Voto 192
 - 3.2. Plebiscito e referendo 193
 - 3.3. Iniciativa popular 193
 - 3.4. Participação popular na administração pública 195

3.5. Legitimidade para instaurar controle abstrato de constitucionalidade	197
3.6. Ação popular	197
3.7. Outros instrumentos	198
4. A Defensoria Pública como expressão e instrumento do regime democrático ..	199
4.1. <i>Custos Vulnerabilis</i> (MAIA) – um instrumento defensivo- -emancipador dos vulneráveis	201
4.2. Defensor Hermes (GERHARD) e anfíbio (SEM criando pontes, transitando entre mundos e traduzindo mensagens	205
4.3. <i>Amicus Communitas</i> (GERHARD): o elo comunitário e defensivo	207
4.4. <i>Custos et Amicus Plebis</i> (ZUFELATO): instrumental de inclusão juspolítica e processual	208
4.5. Outras dimensões instrumentais: <i>Custos Humanus</i> (ESTEVES & SILVA), <i>Custos Libertatis</i> (PAIVA), <i>Amicus</i> <i>Dignitatis</i> Penal (TRAVERSA) e <i>Amicus Democratiae</i> (ROCHA)	209
5. Conclusões	211
6. Referências bibliog	211

Capítulo 7

DISTINÇÃO CONCEITUAL ENTRE VULNERABILIDADE E HIPOSSUFICIÊNCIA NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO	215
--	-----

Fernanda Tartuce e Roger Moreira de Queiroz

1. Introdução	215
2. Vulnerabilidade: conceituais	216
2.1. Acepções do vocábulo	218
2.2. Vulnerabilidade e Direito	221
3. Tradição brasileira no uso do termo hipossuficiência	222
3.1. Insuficiência econômica	226

4.	Assistência Jurídica Integral e Gratuita: do hipossuficiente ao vulnerável	... 227
5.	Conclusões.. 233
6.	Referências bibliográficas 234

Capítulo 8

DEFENSORIA PÚBLICA E LEGITIMIDADE SOCIAL DO DIREITO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO E DA PARIDADE PARTICIPATIVA NA TUTELA DE GRUPOS VULNERÁVEIS.....	... 237
---	---------

Cristian Patric de Sousa Santos e Ricardo Maurício Freire Soares

1.	Introdução.....	237
2.	Direito, luta pelo reconhecimento e paridade participativa: uma breve análise em Axel Honneth e Nancy Fraser	239
3.	Construção de narrativas emancipatórias e a legitimação social do direito pela tutela de grupos vulneráveis	244
4.	A Defensoria Pública e a legitimação social do direito através da paridade participativa	247
5.	A Defensoria Pública como via institucional de penetração argumentativa dos grupos vulneráveis aos sistemas judiciais.	251
6.	Considerações Finais	254
7.	Referências bibliográficas	256

Capítulo 9

DESIGUALDADE E ACESSO À JUSTIÇA: LINHAS GERAIS DE UMA ATUAÇÃO POLÍTICA DA DEFENSORIA PÚBLICA..... 257
---	-----------

Thales Alessandro Dias Pereira

1.	Introdução	257
2.	Acesso à justiça e desigualdade.....	258
3.	Linhas gerais de uma atuação política da Defensoria Pública.	263
3.1.	Promoção de direitos e interesses na seara política.	264
3.2.	Transferência de capital cultural e simbólico	267

4.	Conclusão	269
5.	Referências	270

Capítulo 10

A DEFESA PÚBLICA NA CONTEMPORANEIDADE: <i>CUSTUS VULNERABILIS</i> E <i>INDEPENDENT PRO-ACCOUNTABILITY AGENCY (IPA)</i> , O CASO DOS MIGRANTES VENEZUELANOS EM MANAUS-AM	273
--	-----

Messi Elmer Vasconcelos Castro e Dorinethe dos Santos Bentes

1.	Trajatória histórica da Defesa Pública e o modelo adotado no Brasil	274
2.	A Defesa Pública e o atendimento aos refugiados venezuelanos em Manaus: Primeiras Observações... ..	276
3.	Possibilidades de enfrentamento e renovação da abordagem político-criminal	279
4.	A defesa Pública como reconhecimento do outro: um olhar a partir da hospitalidade	283
5.	A Defesa Pública como <i>Independent Pro-Accountability Agency</i> : Proatividade e Democratização do <i>Custus Vulnerabilis</i>	287
6.	Ambiente Cosmopolita e o exercício de Direitos Individuais.....	293
7.	Considerações Finais	295
8.	Referências bibliográficas	297

Capítulo 11

EXPRESSÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO: A DEFENSORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO CONSTITUCIONAL PARA SUPERAÇÃO DO AUTORITARISMO ESTRUTURAL	
--	--

Ígor Araújo de Arruda

1	Introdução	301
2	Desenvolvimento	305
2.1.	Autoritarismo estrutural como política de Estado e nas relações privadas: estamos com passagem só de ida? ...	305
2.2.	Contribuição das Defensoria Pública no enfrentamento e na superação do autoritarismo estrutural	320

3.	Considerações Finais	325
4.	Referências bibliográficas	327

Capítulo 12

A CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE LESIVAS AOS DIREITOS HUMANOS DAS COLETIVIDADES NECESSITADAS VULNERABILIZADAS E A LEGITIMIDADE INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA	329
---	-----

Helom César da Silva Nunes e Maurílio Casas Maia

1.	Introdução	329
2.	A assistência jurídica gratuita: o acesso à justiça como direito fundamental e efetivador dos direitos humanos	331
2.1.	A Defensoria Pública pós-Constituição de 1988	332
2.2.	Autonomia administrativa e organizacional: O querer do constituinte e razões de reconhecimento à Defensoria Pública	337
2.3.	A legitimidade coletiva da Defensoria Pública: do ordenamento jurídico à jurisprudência dos tribunais superiores	341
2.4.	A lesão da corrupção aos necessitados e a legitimidade coletiva da Defensoria Pública para ações de combate à corrupção	344
2.4.1.	Um pouco do cenário jurisprudencial	351
3.	Notas conclusivas	354
4.	Referências bibliográficas	355

Capítulo 13

O MODELO CONSTITUCIONAL DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA (DEFENSORIA PÚBLICA) E O SISTEMA FEDERATIVO: O CASO DA ADPF N. 279	359
--	-----

Maurílio Casas Maia

1.	Introdução	359
2.	Os necessitados e sua assistência jurídica nas instituições do Brasil	362

2.1. A Defensoria Pública brasileira	368
2.1.1. A origem do modelo constitucional de cia jurídica (Defensoria Pública): Procuratura de Justiça por defesa pública – a simetria com a acusação pública	368
2.1.2. A Defensoria Pública como garantia institucio- nal e os defensores públicos como agentes polí- ticos de transformação social	375
3. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 279	377
4. Notas Conclusivas.....	383
5. Referências bibliográficas	386

Capítulo 14

ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E DEFENSORIA PÚBLICA: DO SUBFINANCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO À VIOLAÇÃO DO INCISO LXXIV DO ART. 5º E DO ART. 134 DA CONSTITUIÇÃO	391
--	-----

Raquel El-Bachá Figueiredo

1. Introdução.....	391
2. O Estado de Coisas Inconstitucional e a ADPF n. 347	392
3. A Defensoria Pública, o Acesso à Justiça e a Assistência Jurídica Gratuita na Constituição Federal de 1988 ...	399
4. O mapa da Defensoria Pública e o subfinanciamento: a violação do acesso à justiça	406
5. Considerações Finais.....	414
6. Referências bibliográficas	415

Capítulo 15

CONTRIBUIÇÕES DO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO- AMERICANO PARA ATUAÇÃO DEMOCRÁTICA DA DEFENSORIA PÚBLICA	421
---	-----

Camila Cortes Rezende Silveira Dantas

1. Introdução.....	421
2. O novo constitucionalismo latino-americano ...	424

3.	Filosofia da Libertação como substrato teórico-filosófico do novo constitucionalismo latino-americano 427
4.	O papel da Defensoria Pública como instrumento e expressão do regime democrático 429
4.1.	Atuação defensorial amparada no novo constitucionalismo latino-americano 431
5.	Conclusão..... 436
6.	Referências bibliográficas	.. 437
POSFÁCIO 439